

HISTÓRICO E PERSPECTIVAS DA COOPERAÇÃO ENTRE OS PARQUES NACIONAIS DO IGUAÇU, BRASIL, E IGUAZÚ, ARGENTINA

HISTÓRICO Y PERSPECTIVAS DE LA COOPERACIÓN ENTRE LOS PARQUES NACIONALES DEL IGUAÇU, BRASIL, E IGUAZÚ, ARGENTINA

Por MARCELA STUKER KROPF¹; ANA ALICE ELEUTERIO²

Resumo

Os parques nacionais do Iguazu, Brasil, e Iguazú, Argentina, constituem sítios do Patrimônio Mundial Natural localizados na fronteira entre os países. O histórico de cooperação entre os parques foi descrito a partir de análise documental de relatórios da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), de planos de manejo dos parques e da análise de entrevistas realizadas aos gestores de ambos parques. Observou-se uma relação crescente, porém irregular, de cooperação entre os sítios, especialmente nos setores de proteção, manejo e uso público. Estratégias formais e planejadas de cooperação são essenciais para garantir maior estabilidade do processo.

Palavras-chave: Unidades de conservação. UNESCO. Patrimônio natural. Conservação transfronteiriça. História ambiental.

Resumen

Los parques nacionales de Iguazú, Brasil, e Iguazú, Argentina, son sitios del Patrimonio Mundial Natural situados en la frontera entre los países. El histórico de la cooperación entre los parques fue descrito a través de análisis documental, de los informes de la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (UNESCO), de planes de manejo de los parques y de entrevistas con los gestores. Existe una relación creciente, pero irregular, de cooperación, especialmente en los sectores de protección, manejo y uso público. Estrategias formales y planeadas de cooperación son esenciales para garantizar mayor estabilidad en el proceso.

¹ Instituto Latino-Americano de Ciências da Vida e da Natureza (ILACVN), Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Av. Tancredo Neves, 6731, Bl. 6 – Foz do Iguazu, Paraná – Brasil CEP: 85867-970; marcela.kropf@unila.edu.br

² Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política (ILAESP), Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA); Av. Tancredo Neves, 6731, Bl. 6 - Foz do Iguazu, Paraná – Brasil CEP: 85867-970; ana.eleuterio@unila.edu.br

Palabras clave: Unidades de conservación. UNESCO. Patrimonio natural. Conservación transfronteriza. Historia ambiental.

ABSTRACT

The Iguazu, Brazil, and Iguazú, Argentina National Parks are considered sites of Natural Worldwide Heritage located in the border between the countries. We documented the history of collaboration between the parks using reports of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO), management plans and interviews of decision makers. We verified the existence of growing, but irregular, initiatives of collaboration, especially in issues such as in environmental protection, management and public use. Formal and planned cooperation strategies are essential to better reach stability in the process.

Keywords: Conservation units. UNESCO. Natural heritage site. Cross-border conservation. Environmental history.

INTRODUÇÃO

As áreas protegidas fronteiriças têm sido utilizadas nas últimas décadas, em diferentes partes do mundo, como ferramentas úteis para a integração entre países. A integração potencialmente surge na gestão dos recursos naturais, na conservação e revitalização do patrimônio cultural, nos aspectos econômicos, na promoção do turismo, ou até mesmo para a resolução de conflitos (LOCK, 1997; DANBY; SCOLOMBE, 2002; BASNET, 2003; HANKS, 2003; DANBY; SCOLOMBE, 2005; BUSCH, 2008; PETERSON et al., 2011; KNIGHT; SEDDON; MIDFA, 2011; PETURSSON; VEDEL; VATN, 2013). O Parque Nacional do Iguazu, no Brasil, e o Parque Nacional Iguazú, na Argentina, alocados na região da fronteira entre os dois países, são pioneiros na execução de políticas para a conservação como forma de proteção do território na América Latina. Ambos são sítios do Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), pelo reconhecimento de seus excepcionais valores universais, no foro estético ou científico (UNESCO, 1972).

Os títulos de sítios do Patrimônio Mundial Natural foram concedidos aos parques argentino e brasileiro em 1984 e 1986, respectivamente. Portanto, são quase 30 anos de acompanhamento pela Comissão do Patrimônio registrado em documentos oficiais e disponibilizado ao público no site da UNESCO (2016a, 2016b). Devido ao caráter internacional da instituição e do próprio título, o conteúdo sobre cooperação deve ser um constante norteador da política implantada.

Assim, considerando a emergência de enfoques sobre a cooperação transfronteiriça de áreas protegidas e o reconhecimento local, regional, nacional e internacional dos referidos parques, este estudo teve como objetivo avaliar o histórico de relações entre os sítios do Patrimônio Mundial localizados na fronteira entre Brasil e Argentina. Para isso, fez-se uma análise dos relatórios da UNESCO sobre o estado de conservação dos sítios, dos seus planos de manejo e de entrevistas com os gestores de ambos os parques.

SÍTIOS DE ESTUDO

O foco deste trabalho foram as áreas denominadas Parque Nacional do Iguaçu (PNI) e Iguazú (PNIZ), sendo parte do bioma Mata Atlântica (referência brasileira) ou daSelva Austro-Brasileira (referência argentina). O primeiro localiza-se no sudoeste brasileiro, ocupa cerca de 185.000 ha em 14 municípios do Estado do Paraná, sendo Foz do Iguaçu o mais relevante em termos turísticos. O segundo localiza-se no nordeste argentino, ocupa cerca de 67.000 ha da Província de Misiones, sendo Puerto Iguazú o município que engloba a maior parte desse território (APN, 1988).

A classificação como sítios do Patrimônio Natural Mundial confere aos parques vantagens quanto ao acesso a ações de proteção, pesquisa e monitoramento, recursos técnicos e financeiros, além de visibilidade turística e projeção internacional. Nesse sentido, os parques atendem aos critérios VII e X da Convenção do Patrimônio da UNESCO, que significam, respectivamente, possuir beleza natural excepcional e caracterizar hábitat de espécies ameaçadas e raras. Compartilham do mais extenso conjunto de quedas d'água do mundo (2.700 m de extensão) e da presença de espécies consideradas como ameaçadas (de acordo com a *RedList* da União Internacional para a Conservação da Natureza – IUCN, por sua sigla em inglês), dentre elas, lontra (*Lutralongicaudis*), onça pintada (*Panthera onca*) e águia harpia (*Harpia harpyja*).

As interações entre processos hidrológicos e biológicos se dão pela geologia específica, representada por importante fenômeno paisagístico, o *canyon* das cataratas. As formações de rochas ígneas resultantes de derramamento de lavas vulcânicas do Cretáceo deram origem a cerca de 200 saltos de água, sendo o mais representativo a Garganta do Diabo. Embora o conjunto das cataratas seja considerado a característica mais proeminente, detendo o título de uma das Sete Maravilhas da Natureza, a paisagem conservada pelos parques é diversa e contém mosaicos de habitats igualmente relevantes como beleza cênica e para a conservação.

Os remanescentes são compostos de diferentes formações florestais decorrentes da diferença de altitude, solos e clima, estando em sua maior porção em altitude mais baixa e caracterizada pela Floresta Estacional Semidecidual (FES), também denominada Selva Paranaense (SP) pelos argentinos, formação predominante nos parques. Estima-se que existam nos parques mais de 2.000 espécies de plantas superiores (LACLAU, 1994), 50 de mamíferos, 348 de aves, 69 de peixes, 41 de répteis, dentre outros grupos (IBAMA, 2002). Representa a maior diversidade de fauna e endemismos na Argentina, sendo 39% de mamíferos com *status* de endêmico (APN, 1988).

O clima desta região é mesotérmico brando superúmido (temperado chuvoso), com estações definidas e chuvas anuais variando entre 1.500 e 2.000 mm, sendo outubro, novembro, dezembro e janeiro os meses mais chuvosos e junho, julho e agosto os menos chuvosos (IBAMA, 2002; GUIMARÃES et al., 2003). As temperaturas médias anuais variam entre 18 e 20 °C (CASELLA, 2006) podendo atingir mínimas de 0 °C e máximas de mais de 40 °C, com umidade relativa do ar próxima de 80%.

MÉTODOS

A análise documental realizada para entender e descrever a história da cooperação entre os parques foi feita utilizando como material de referência os planos de manejo dos anos 1986 e 2002 do Parque Nacional do Iguazu (IBAMA, 1986, 2002) e de 1988 do Parque Nacional Iguazú³ (APN, 1988). Na avaliação priorizaram-se as referências que contemplassem o parque vizinho.

Também foram avaliados materiais disponibilizados pela UNESCO sobre os sítios do Patrimônio Mundial. Cada sítio possui uma página no site institucional, contendo cinco classes de documentos: 1. Avaliação para designação como Sítio do Patrimônio; 2. Mapas da propriedade; 3. Decisões do Comitê da UNESCO sobre o sítio; 4. Relatórios de missões institucionais; 5. Relatório sobre o estado de conservação. Com exceção da decisão de 1984 (UNESCO, 1984), as duas últimas classes de documentos foram priorizadas, uma vez que englobam as informações contidas nos demais.

Dessa forma, foram avaliados os relatórios sobre o estado de conservação dos sítios, de 1986 a 2016⁴, disponíveis na página da UNESCO (UNESCO, 2016a; 2016b), por conterem informações sobre os fatores de ameaça aos sítios, os financiamentos e, principalmente, as recomendações e decisões tomadas pela comissão e os relatórios das missões de 2008 e 2015 (UNESCO, 2008b, 2015), realizados *in situ*, contendo informações mais abrangentes e detalhadas que dos relatórios mencionados anteriormente.

Entre julho e setembro de 2014 foram entrevistados sete coordenadores de setores do PNI e cinco coordenadores de área do PNIZ. Buscou-se contemplar os “espelhos” de cada setor. O método de entrevistas foi realizado para levantamento de diferentes aspectos da relação entre os parques, visando a situar o tema pela realidade vivida por eles, os benefícios, as dificuldades e a prática de cooperação. As entrevistas seguiram roteiro semiestruturado, sendo gravadas, transcritas e traduzidas para o português, quando em idioma espanhol.

Foi realizada a análise de conteúdo do material que, segundo Bardin (1977), é um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando a obter, por procedimentos objetivos e sistemáticos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens. Esta técnica é composta de três etapas: 1. pré-análise; 2. exploração do material; 3. tratamento dos resultados e interpretação. Na última etapa, faz-se a categorização, ou seja, a classificação dos elementos segundo suas semelhanças e por diferenciação. Para auxiliar nesta etapa foi utilizado o software QSR International's NVivo 10 (NVIVOQUALITATIVE, 2012).

³ Outros materiais caracterizados como planos emergenciais ou de monitoria não foram avaliados.

⁴ Cada sítio possui relatórios próprios. Porém, como a questão transfronteiriça se repete em ambos, serão referenciados ao longo do texto apenas os documentos do sítio brasileiro, com exceção para o relatório de 1986, que só existe para o sítio argentino.

QUADRO INSTITUCIONAL E ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Mesmo após a instituição dos parques nacionais na Argentina e no Brasil, em 1934 e 1939 respectivamente, ambos passaram por diversas modificações em seus limites e dimensões até a configuração atual (Tabela I). Independente do motivo político que incentivou tais modificações, os parques são marcas das escolhas de conservação da natureza através da manutenção de habitats intactos.

Tabela I - Marcos históricos da delimitação dos Parques Nacionais do Iguaçu e Iguazú.

Parque Nacional do Iguaçu	Parque Nacional Iguazú
<ul style="list-style-type: none">- 1916: o uruguaio Jesús Val teve sua propriedade declarada de utilidade pública.- Decreto nº 653/1916: o Estado do Paraná declara de utilidade pública aquela área para "nela se estabelecerem uma povoação e um parque".- Decreto nº 2.153/1930: o Estado do Paraná amplia para cerca de 3.300 ha a área já desapropriada, visando a "estabelecer uma futura povoação e um Parque Nacional".- Decreto nº 1.035/1939: cria o Parque Nacional do Iguaçu, junto às cataratas do Iguaçu.- Decretos nº 6.506, nº 6.587 e nº 6.664 de 1944: consolidam a ampliação do Parque.- 1978: desocupou a área do Parque o último dos colonos passível de desapropriação.- Decreto nº 86.876/1981: foram estabelecidos os limites atuais do Parque, incluindo o leito do rio Iguaçu e as ilhas ali existentes, bem como excluindo uma área de cerca de 1.400 ha, no extremo norte do Parque, onde se instalou a Cidade de Santa Tereza do Oeste.- 1986: o PNI foi incluído na Lista de Patrimônio Natural da Humanidade.	<ul style="list-style-type: none">- 1900: o Poder Executivo Nacional da Argentina solicita ao Senado a sanção de uma lei para proteger as Cataratas de Iguazú;- Lei nº 6712/1928: indica o território para formação de um parque e Colônia Militar.- Lei nº. 12.103/1934: criação do Parque sem distinção de limites com a Colônia Militar.- Decreto nº 100.133/ 1941: indica a desafetação do povoado de Puerto Aguirre do PNIZ, distinção entre PNIZ e Colônia Militar.- Lei 18.801/1970: declara como reserva Nacional a zona oeste do PNIZ (área das Cataratas).- Lei nº 19.478/1972: regulamenta a última modificação estabelecendo os limites atuais de 67 mil km divididos entre a Reserva Nacional e o Parque Nacional.- 1984: PNIZ foi incluído na Lista de Patrimônio Natural da Humanidade.

Fonte: IBAMA, 2002; APN, 1988. Organizado pelas autoras.

O Parque Nacional do Iguaçu é regulamentado pela Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (MMA-SNUC, 2000). Portanto, tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação e turismo ecológico. A gestão do PNI está sob responsabilidade federal através do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), vinculado ao Ministério do Meio Ambiente. Os setores administrativos compreendem o chefe do parque, a administração e os seguintes setores: de pesquisa, de manejo e conservação, de educação ambiental, de proteção e de uso público. Cada setor é chefiado por um analista ambiental do ICMBio, que coordena equipes de profissionais terceirizados. Além disso, conta com parceria da Polícia Ambiental para atuar nas ações de proteção da unidade. A gestão é regulamentada pelo Plano de Manejo, elaborado em 1986, revisado pela primeira vez em 2002 e atualmente em processo de revisão, a partir de 2016. O Plano de Manejo estabelece o zoneamento do parque, de acordo com características ecológicas e atividades permitidas. A zona de uso extensivo é destinada ao turismo. O desenvolvimento, operação e manutenção do uso público é feito por concessionárias.

O PNIZ se enquadra no Sistema Federal de Áreas Protegidas (SIFAP) e compreende duas categorias de manejo: **Parque Nacional** propriamente dito, com objetivo de conservar áreas em seu estado natural, representativas de uma região fitogeográfica e com grande atrativo pelas belezas cênicas ou pelo interesse científico, mantidas sem mais alterações que as necessárias para controle, com atenção ao visitante e segurança, sendo permitida exploração econômica apenas através do turismo; **Reserva Nacional**, correspondendo a áreas para conservação dos sistemas ecológicos, manutenção de zonas protetoras de parque nacional contíguo ou criação de zonas de conservação independentes. A promoção e o desenvolvimento de assentamentos humanos podem ser feitos desde que sejam compatíveis com os fins específicos e prioritários enunciados. A área protegida está sob responsabilidade federal, cujo órgão responsável é a Administração de Parques Nacionais (APN), vinculada ao Ministério do Turismo da Nação. Os setores administrativos compreendem a Intendência (chefe do parque), o Manejo e Educação Ambiental, o Uso Público e Conservação, e o Guarda Parques. Cada um é gerenciado por técnicos concursados com exceção do último, que é composto pelo Corpo de Guarda Parques Nacionais, responsável pela proteção. A gestão é regulamentada pelo Plano de Manejo de 1988, que, a partir de 2016, se encontra em revisão. O zoneamento do parque obedece às características ecológicas e estabelece, a partir dessas, atividades permitidas. A zona de uso público intensivo é dirigida ao turismo. O desenvolvimento, operação e manutenção do uso público também são feitos por concessionárias.

Os países possuem diferenças nos sistemas nacionais que regulam os parques e no poder atribuído aos Estados (no Brasil) ou Províncias (na Argentina). Porém, os objetivos são semelhantes, voltados à proteção e ao uso turístico. O orçamento dos parques é semelhante, já que recebem repasses governamentais, com o diferencial de que na Argentina há um valor mínimo anual fixado para repasse.

As categorias de manejo definidas impuseram limites de uso, desencadeando uma série de conflitos entre os distintos atores envolvidos, em sua maior parte na zona fronteira, seja ela nos limites de cada parque ou entre eles. Tais conflitos poderiam ser mais bem compreendidos usando uma abordagem transfronteira. Sagi et al. (2015) apresentam os conflitos ambientais como vetores de pressões que atuam sobre os parques, por exemplo, atividades agrícolas, implantação de usinas hidrelétricas, abertura de estradas, extrativismo, caça e pesca. Os autores discutem em que medida a cooperação entre Brasil e Argentina poderia contribuir para minimizar os impactos das atividades executadas nos parques sobre os serviços ecossistêmicos e da geração de emprego e renda na região.

O turismo de massa pode ser visto como vetor de pressão e gerador de conflitos que poderia potencialmente descaracterizar os parques em relação aos seus títulos de patrimônios naturais, principalmente devido ao sistema de concessões (SAGI et al., 2015). Apesar de proporcionar maior visibilidade e recursos administrativos aos parques, as entradas concessionadas nos parques e suas atrações resultam em preços elevados de ingresso e em ausência de limites de visitantes diários. Além disso, são estabelecidas comissões com empregados terceirizados, como guias e motoristas, que podem comprometer a qualidade da experiência de visitação. No conjunto, o manejo de trilhas e outras atrações por concessionárias geralmente exclui parcela significativa da sociedade.

Deve-se notar, no entanto, que o PNIZ apresenta mais políticas de inclusão social do que o PNI, tais como ingresso gratuito a moradores locais, oferta de trilhas fora do sistema de concessão, espaço para venda de artesanato pelos índios guaranis, venda de *souvenirs* de fabricação regional. Esses exemplos poderiam ser absorvidos pelo parque brasileiro respeitando as suas características. Assim, uma abordagem transfronteira possibilitaria a troca de experiências entre os parques, a fim de sanar potenciais conflitos gerados a partir das atividades concessionadas, visando ao estabelecimento de melhores, e mais inclusivas, práticas de manejo.

COOPERAÇÃO ENQUANTO SÍTIOS DO PATRIMÔNIO

Até a década de 1980 as relações bilaterais entre Brasil e Argentina foram marcadas por rivalidade e preocupação com a manutenção da soberania nacional (GRANATO, 2012). Em relação aos parques não foi diferente, já que ambos foram criados dentro de um contexto geopolítico de proteção do território. Historicamente, a cooperação para a conservação teve início com a intervenção de agentes de proteção contra atividades furtivas, especialmente caça e retirada de palmito (FREITAS, 2016).

A nomeação de ambos os parques como sítios do Patrimônio Natural Mundial pode ser vista como um marco em prol da cooperação para a conservação em um contexto transfronteira. A expectativa da Comissão do Patrimônio Mundial era a constituição de um sítio do Patrimônio Mundial Transfronteira, denominado Parques Nacionais Iguazú/Iguaçu (Argentina/Brasil) (UNESCO, 1984, 1985).

Porém, as autoridades brasileiras manifestaram o desejo de que o parque fosse listado como sítio independente do parque argentino, ou seja, sem associação ao conceito transfronteiriço. Como justificativa, informou-se que a legislação do país não permitia nenhum compromisso relativo à administração conjunta de parques nacionais. A Comissão acatou a decisão, mas expressou que a cooperação com o país vizinho para conservação de ambos os parques seria bem-vinda e desejável (UNESCO, 1989). Essa proposta voltou a ser indicada em 1997 (UNESCO, 1997). A partir de 1999 a UNESCO passa a orientar o fortalecimento das relações entre os parques, independente da nomeação conjunta (UNESCO, 1999). Assim, nos relatórios dos anos seguintes a questão transfronteiriça foi constantemente reportada, seja a partir de recomendações enfocando a colaboração conjunta para enfrentamento de ameaças comuns aos parques, seja para a elaboração de mecanismos formais de cooperação e planejamento conjunto.

O primeiro assunto a ser apontado nos relatórios da UNESCO como prejudicial à preservação da biodiversidade, e tratado conjuntamente pela administração de ambos os parques, foi a manutenção de sobrevoos turísticos de helicóptero na área das cataratas. Os sobrevoos começaram a ser operados pelos dois países em 1972, mas foram encerrados no parque argentino em 1994, respeitando a recomendação da UNESCO em 1991 (UNESCO, 1991), e considerando discussões visando a regulações comuns, que ocorreram em 1992 e 1993 (UNESCO, 2015). No parque brasileiro, os sobrevoos foram mantidos, porém a área de pouso e decolagem está atualmente localizada fora da Unidade de Conservação, em uma tentativa de minimizar fontes de conflito com o parque vizinho em relação à atividade (UNESCO, 2005).

Na área das cataratas, foram incluídos como fatores geradores de degradação ambiental os impactos visuais e sonoros decorrentes da instalação de infraestruturas e atividades turísticas. Enfatizaram-se os impactos relativos à existência de hotéis em ambos os parques, que comprometeria a experiência turística. Outro problema comum entre os parques refere-se às espécies invasoras, especialmente as encontradas no rio Iguaçu (UNESCO, 2012).

Um tema relevante para a gestão dos parques em ambos os países é a construção de usinas hidrelétricas em áreas adjacentes aos mesmos, que poderia causar alteração significativa no regime hídrico do rio Iguaçu. Além disso, poderia afetar a vazão das cataratas, o elemento principal que confere o valor excepcional aos sítios. Nesse sentido, a comissão vem solicitando a realização de estudos conjuntos para verificação de possíveis alterações e a apresentação de relatórios contendo informações sobre o plano de instalação desse tipo de empreendimento em ambos os países (UNESCO, 2016c).

Em relação à conservação da biodiversidade, os relatórios relativos às missões da UNESCO sobre a situação dos sítios, em 2008 e 2015, apontam problemas comuns (UNESCO 2008a, 2015). Além dos impactos causados pelos sobrevoos de helicóptero e pela instalação de hidrelétricas, é mencionada a preocupação concernente à área argentina denominada “Península”, localizada na fronteira da Argentina. De acordo com o que foi reportado, tal área vem sendo gradativamente loteada por particulares, limitando o fluxo genético de populações silvestres, incluindo a de predadores como a onça pintada, afetando conseqüentemente a dinâmica

do ecossistema. A UNESCO recomenda a realização de um estudo conjunto para determinar a viabilidade técnica e financeira de alternativas que assegurem o fluxo genético entre os parques através das áreas, e sugere-se a compra da área pelas entidades argentinas responsáveis, de maneira a anexá-la à área do parque argentino, garantindo sua integridade e função quanto à conservação da biodiversidade (UNESCO, 2008a).

Tendo em vista os desafios conjuntos para a conservação dos sítios, a resistência à nomeação conjunta e o incentivo da UNESCO à cooperação entre os sítios, a partir de 2001 têm surgido iniciativas, ainda que não formais, de apoio à criação de mecanismos permanentes para a cooperação transfronteiriça, voltados especialmente ao turismo sustentável (UNESCO, 2001). Os relatórios de 2003 e 2007, por exemplo, reiteram a proposta de manejo conjunto dos parques (UNESCO, 2003, 2007). O relatório de 2005 retrata positivamente os avanços quanto à cooperação com as autoridades argentinas (UNESCO, 2005), fato mencionado novamente no documento de 2008, no qual se ressaltou a dificuldade em formalizar ações conjuntas, o que prejudicaria setores nos quais a cooperação entre sítios seria fundamental, como pesquisa, proteção e uso público (UNESCO, 2008b). Apenas em 2016 foram verificados avanços significativos para a formalização da cooperação. Nos parágrafos subsequentes, descrevemos esse processo de construção de cooperação mútua entre os sítios mais detalhadamente, como apresentados nos relatórios analisados.

Em 2003, os parques desenvolveram um rascunho de acordo envolvendo várias ações coordenadas de gestão (UNESCO, 2008a). O mesmo incluía atividades de pesquisa e monitoramento, cooperação para desenvolvimento sustentável, uso público, proteção, plano de manejo, educação e interpretação ambiental, treinamento e construção de capacidades. Entretanto, a iniciativa não foi endossada pelos governos do Brasil e da Argentina, sem justificativa formal (UNESCO, 2008a).

Em 2006, foi desenvolvida uma proposta de atualização dos planos de manejo dos parques, com foco especial no uso público, havendo a expectativa de assinatura do documento pelas autoridades dos dois países (UNESCO, 2008a). No curso da missão de 2008, representantes de ambos os parques concordaram em realizar uma revisão coordenada de seus planos de manejo, indicando haver fundos para isso. Foram agendados *workshops* naquele mesmo ano para tratar do assunto. Algumas recomendações, úteis às revisões, derivaram da missão: definir mecanismos que determinem os limites da visitação; assegurar a assinatura de acordos para a cooperação na revisão dos planos de manejo; desenvolver um mecanismo permanente de cooperação transfronteiriça. A UNESCO também sugeriu o acompanhamento de técnico da instituição no processo de coordenação dos planos de manejo (UNESCO, 2008a).

No relatório sobre o estado de conservação dos sítios de 2008 (UNESCO, 2008b), reportou-se a iniciativa dos parques em realizar a revisão de seus planos de manejo de maneira coordenada, ainda que separadamente, através de reuniões informais conjuntas, e foram sugeridos aspectos a serem considerados:

- criar um mecanismo permanente e eficaz de cooperação transfronteiriça, em especial para a pesquisa, proteção de recursos e uso público voltado à valorização do valor universal excepcional dos sítios;

- desenvolver indicadores e normas comuns para minimizar os impactos da visitação, para os valores biológicos e estéticos, efeitos visuais e sonoros para todas as atividades de turismo e de uso público, infraestrutura associada e as oscilações de curto prazo nos níveis de água do rio Iguaçu e das cataratas;
- realizar um estudo sobre os benefícios econômicos do turismo para as economias locais e um inventário das atrações locais que poderiam ajudar a reduzir a visitação na área das cataratas;
- desenvolver e implementar uma estratégia de pesquisa e monitoramento para as espécies-chave, especificamente aquelas listadas quando os sítios foram inscritos como patrimônios;
- desenvolver um corpo de guarda-parques qualificado e treinado para abordar questões de conservação.

A negociação de um acordo internacional entre Brasil e Argentina para gestão e monitoramento conjunto dos parques foi mencionada no relatório de 2010 (UNESCO, 2010). Também foi citada a necessidade de revisão do plano de manejo, focado no uso público da área das cataratas e capacitação para melhoria da gestão das unidades. Estes aspectos foram considerados positivos para criação de um mecanismo permanente e efetivo de cooperação transfronteiriça. Porém, foi ressaltada a necessidade de conferir maior poder de decisão à administração local dos parques, além da transferência de recursos efetivos para a implementação do acordo. Não houve alusão pelos gestores sobre o andamento da implementação deste plano de ação, levando à indicação, pelo Centro do Patrimônio Mundial e pela IUCN, de um especialista externo para auxiliar na revisão de um plano de manejo conjunto. Também sugeriram que os parques solicitassem auxílio financeiro internacional para a organização de *workshops* conjuntos para revisão dos planos de manejo. Por fim, solicitou-se a submissão conjunta de um rascunho sobre o estado dos valores dos sítios e de um relatório detalhado sobre o estado de conservação, incluindo informações sobre o processo de revisão conjunta dos planos de manejo (UNESCO, 2010).

Em 2012, segundo análise da UNESCO, a cooperação entre parques continuava sem resultados concretos. Desse modo, solicitou-se que os parques elaborassem conjuntamente novo relatório sobre o estado de conservação dos sítios, com consideração especial sobre os avanços na cooperação (UNESCO, 2012). O documento, entregue em 2014, indicou os seguintes progressos: participação mútua no planejamento para revisão dos planos de manejo; análise conjunta do uso público com objetivo de desenvolver uma visão comum para o turismo; análise sobre temas prioritários sobre a conservação, principalmente sobre o monitoramento do volume de água do rio Iguaçu, atropelamentos, espécies invasoras e monitoramento da fauna e flora; e definição de um protocolo técnico⁵ de cooperação como um quadro formal para refletir a relação institucional entre as duas áreas protegidas (UNESCO, 2014). A UNESCO fez algumas críticas ao documento enviado, considerado insuficiente para acessar adequadamente as atividades em curso e as planejadas, e voltou a requisitar novo relatório que especificasse de forma mais elucidativa os progressos na cooperação entre os sítios (UNESCO, 2014).

⁵ É importante ressaltar que esse documento não foi encontrado durante a pesquisa e que os gestores não souberam informar a sua localização.

A missão realizada em 2015 verificou que a cooperação transfronteiriça entre as equipes locais era efetiva, principalmente na proteção dos sítios. Recomendou-se o desenvolvimento de um plano de ação conjunto para esta área específica e para o monitoramento de espécies-chave (UNESCO, 2015).

No último relatório produzido pela UNESCO foram observados importantes progressos na cooperação transfronteiriça, como a assinatura de uma carta de intenções entre os responsáveis por ambos os parques, gestores e instituições gestoras, confirmando as intenções de fortalecer e estudar novas modalidades de cooperação (UNESCO, 2016c). Adicionalmente, cobrou-se o desenvolvimento de um plano estratégico para formalizar a cooperação transfronteiriça, que incluía opções de acordos formais em diferentes níveis, assim como outros mecanismos a serem submetidos ao Centro do Patrimônio Mundial até 1º de dezembro de 2017 (UNESCO, 2016). Atualmente (ano-base: 2016), gestores do PNIZ são conselheiros do Conselho Consultivo do PNI, entidade que acompanha a atualização do plano de manejo da Unidade de Conservação.

PLANOS DE MANEJO: CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS

O plano de manejo é a principal ferramenta legal norteadora da gestão de um parque nacional; por isso a relevância da análise aqui realizada. No entanto, a elaboração e revisão de planos de manejo em áreas fronteiriças se inserem em um contexto global, obedecendo a marcos legais sobre a conservação do meio ambiente em seus países, e sendo afetadas por acordos entre os países e entre parques.

Assim, Brasil e Argentina são signatários da Convenção sobre a Diversidade Biológica, com as Metas Aichi 2020, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030 e outras convenções e acordos bi e multilaterais, inclusive com a Rede Latino-Americana de Cooperação Técnica em Parques Nacionais (RedParques), com a IUCN (e suas comissões) e com a UNESCO. Além disso, no contexto latino-americano, diversos documentos foram originados no âmbito do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e passaram a vigorar a partir da década de 1990. Tais documentos versam sobre medidas integradas em relação ao meio ambiente. Independentemente de serem ou não mencionados nos Planos de Manejo de ambas as Unidades de Conservação, esses documentos formam o arcabouço legal que poderia subsidiar as relações de cooperação para a conservação transfronteiriça entre Brasil e Argentina, especificamente entre os parques em estudo.

Os primeiros planos de manejo dos parques em ambos os países são pontuais em relação à Unidade de Conservação no país vizinho (ADMINISTRACIÓN..., 1988; IBAMA, 1986). No plano de manejo do parque argentino (ADMINISTRACIÓN..., 1988) existe um tópico denominado "El sistema de parques nacionales Iguazú-Iguaçu". Do ponto de vista da conservação, ambos os países podem adotar políticas coordenadas e complementares, mesmo que a compatibilização e harmonia não sejam esperadas nas políticas de desenvolvimento turístico de cada um de seus territórios. A experiência turística de cada margem é considerada diferente, porém complementar.

No documento argentino, críticas são tecidas em relação à infraestrutura de visitação do parque brasileiro, especialmente à torre do elevador panorâmico, aos sobrevoos em helicóptero e à inexistência de

coordenação binacional para controle da pesca. Identifica a ausência de possíveis pontos de comunicação com o parque brasileiro para facilitar o fluxo das espécies críticas existentes em ambos os lados. Na formulação de objetivos na área da conservação de manejo e educação ambiental, indica a promoção de trabalho conjunto e integrado com entes internacionais do Brasil e do Paraguai.

No plano de manejo do PNI, datado de 1986, não há referência significativa sobre o PNIZ; apenas cita-se o planejamento para contato com representantes da APN a fim de verificar a possibilidade de fiscalização conjunta na parte comum do rio Iguaçu – então denominado Subprograma de Proteção (IBAMA, 1986). Porém, no plano de manejo revisado, publicado pelo IBAMA no ano 2002, existem duas sessões com referências à cooperação. No Encarte de Planejamento deste documento, o Programa Natureza sem Fronteiras é apresentado com o objetivo de tratar das disposições diplomáticas de ambos os países na execução de suas atividades. No entanto, o Programa não apresenta metas concretas para a cooperação. A maior parte de seus objetivos é pouco específica, evidenciando um caráter comunicativo da cooperação entendida pelos propositores.

No encarte internacional é apresentada uma retrospectiva de tratados entre os países, propostas de conservação transfronteiriça e elementos comuns aos parques (IBAMA, 2002). A malha viária do MERCOSUL é indicada como alternativa à Estrada do Colono, ou seja, as estradas argentinas poderiam ser usadas por brasileiros para chegarem à Foz do Iguaçu. Ainda no âmbito do MERCOSUL, o Acordo de Alcance Parcial de Cooperação e Intercâmbio de Bens Utilizados na Defesa e Proteção do Meio Ambiente é citado como facilitador das ações conjuntas. Este acordo poderia facilitar as ações de patrulhamento entre equipes de proteção de ambos os parques pois, em seu cômputo, os países signatários se comprometem a facilitar, em situação de emergência: (1) trânsito e permanência temporária das pessoas que ingressam em seus respectivos territórios; (2) admissão temporária, bem como saída, de aeronaves, embarcações e outros veículos com seus respectivos operadores, equipamento, objetivos, instrumentos, maquinaria e qualquer outro elemento que forem internados ou enviados para participar de atividades conjuntas em prol da defesa e salvaguarda dos valores ambientais.

O encontro dos Presidentes do Brasil e da Argentina, em 1997 é visto como momento de reforço das medidas descritas no Acordo, especialmente quanto aos Parques Nacionais Iguaçu e Iguazú. A partir desse encontro, estabelece-se uma Comissão Binacional, presidida pelas autoridades ambientais dos dois países e coordenada pelas duas Chancelarias, com a finalidade de oferecer recomendações para a conservação do meio ambiente e do uso turístico de ambos os parques (IBAMA, 2002).

Entre as medidas recomendadas, está a transferência do heliporto existente no PNI e a regulamentação da altura e da frequência dos sobrevoos sobre a zona das cataratas. A Comissão também indica a necessidade do estabelecimento de um programa de conservação e monitoramento da biodiversidade no âmbito das duas unidades, além da definição de políticas integradas de ecoturismo, objetivando o estabelecimento de um polo ecoturístico internacional do Iguaçu, com vistas ao MERCOSUL (IBAMA, 2002).

Por um lado, o Plano de Manejo (IBAMA, 2002) refere-se ao estudo de Wiedman (1986) para identificar como oportunidade para a cooperação bilateral o fato da administração dos parques ser feita por organismos nacionais com mesmos objetivos de conservação e manejo, além de obedecerem aos critérios estabelecidos pela Comissão de Parques da IUCN, permitindo perspectiva semelhante nos planos de manejo. Por outro lado, considerou-se que os instrumentos jurídicos de proteção ambiental trariam problemas para a elaboração de um plano de manejo conjunto, pois consideram diferentes as categorias de áreas naturais protegidas na Argentina e no Brasil. Ao contrário do exposto por Wiedman, foi observado que ambos os países, a partir do ano 2000, definiram seus sistemas de áreas protegidas, estabelecendo categorias que, apesar de diversas e sujeitas a distinto zoneamento, são compatíveis no caso dos parques em questão.

São apontadas estratégias de conservação transfronteiriça, com proposições de corredores ecológicos e reservas da biosfera. Destaque é dado à Visão de Biodiversidade de Ecorregiões de Florestas do Alto Paraná, documento que gerou a consolidação de propostas de corredores em ambos os países e que contou com a participação de gestores atuais dos parques, mas sem avançar na cooperação formal entre PNI e PNIZ.

Como continuidade a esta iniciativa, entre 2014 e 2016, o Fundo Mundial para a Natureza (WWF-Brasil), a Fundación Vida Silvestre Argentina (FVSA) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) desenvolveram o projeto denominado “Estudos e atividades com vistas a apoiar a incorporação de oportunidades econômicas baseadas em serviços ecossistêmicos como estratégia de manejo do corredor binacional do Parque Nacional do Iguazu” (NOGUEIRA NETO et al., 2016). Um dos eixos foi sobre o fortalecimento da cooperação entre os parques. Foram realizadas diversas oficinas participativas para diagnóstico da revisão do plano de manejo do PNI, reservando aos atores argentinos uma oficina específica para ouvir suas contribuições. Essa metodologia contribuiu para a construção de indicadores da cooperação entre os parques. Um dos itens mais importantes no planejamento da cooperação entre áreas protegidas transfronteiriças é a harmonização dos planos de manejo. Nesse sentido, as atuais revisões participativas dos planos de manejo do PNI e PNIZ contribuem para o surgimento de um momento estratégico para iniciar o processo.

EXPERIÊNCIAS DOS GESTORES BRASILEIROS E ARGENTINOS

Nas entrevistas realizadas aos gestores de ambos os parques, solicitou-se que os mesmos indicassem exemplos de cooperação entre os parques. Foram levantados por eles quatro temas principais: pesquisas com onças, patrulhamento conjunto, troca de informações e participação no Conselho do Parque. Esses aspectos não foram especificados no relatório da UNESCO ou no plano de manejo, apesar de existirem sugestões de ações nessas áreas.

A experiência em compartilhamento de metodologias de pesquisa e a realização de pesquisas conjuntas foram pontuais. O projeto de pesquisa/monitoramento de grandes carnívoros, cujo foco é a onça pintada (jaguar, jaguaretê), entre outros, foi um dos exemplos de ação conjunta de pesquisa mais citados. A cooperação no

projeto envolve uso de metodologia comum para monitoramento dos animais, troca de informação e de equipamentos específicos para o projeto, como se vê no trecho a seguir: “Então nós usamos a mesma metodologia dos dois lados para a gente poder confrontar as informações com eles, então nós emprestamos equipamento, nos emprestam, a gente empresta armadilhas, eles emprestam o laço, câmera trek.” (A.R., brasileiro, 51 anos).

As entrevistas mostraram que a cooperação entre os setores de proteção e de guarda-parques encontra-se reconhecidamente estabelecida entre os parques. Ela ocorre através de ações de fiscalização conjunta pelo rio Iguaçu, visando a realizar apreensões de materiais de caça ou pesca e prender infratores. O patrulhamento conjunto foi sugerido em evento regional na Argentina em 2003 e concretizado pelas equipes de ambos os parques. Um aspecto que fortaleceu a cooperação foi a afinidade e amizade existente entre os coordenadores de área. No entanto, cabe ressaltar que as ações conjuntas diminuíram após eventos pontuais, como a mudança do coordenador do lado argentino e a constatação por guarda-parques argentinos de conduta inadequada por parte de policiais ambientais brasileiros em atividade no rio Iguaçu. Tais eventos geraram uma quebra de confiança nas estruturas de base da relação entre as equipes. O relato a seguir menciona o incidente: “No lado do Brasil vocês têm a polícia paranaense que faz os controles, mas ela tem senso de conservação? Restam dúvidas.” (J.S.B., argentino, 52 anos).

A formação distinta entre os policiais ambientais brasileiros e guarda-parques argentinos foi considerada relevante pelos gestores brasileiros. Enquanto guarda-parques são profissionais que têm uma formação de excelência e interdisciplinar, financiada pelo governo, exclusivamente para a proteção da biodiversidade, os policiais ambientais fazem parte da polícia militar e não possuem formação tão específica quanto a dos argentinos. Ademais, o PNI não tem estrutura própria institucional para as ações de proteção, havendo dependência de um órgão externo.

Segundo os gestores entrevistados, a colaboração entre parques através da troca de informações ocorre também em outros setores, como no manejo de quatis, espécies exóticas e análises de água, mesmo que com menos frequência. Nesse sentido, a comunicação vem sendo facilitada pela presença dos representantes argentinos no Conselho do Parque Nacional do Iguaçu, sendo este uma esfera oficial de participação. Além disso, reuniões entre os chefes dos parques e participação conjunta em eventos internacionais de conservação têm proporcionado o estreitamento das relações e promovido o avanço dos trâmites oficiais da cooperação.

Outras ações correntes e com perspectivas futuras decorrentes dessa aproximação referem-se à criação de uma agenda de reuniões e realização da Maratona das Cataratas. Houve ainda menções a aspectos contemplados nos relatórios da UNESCO, refletidas por lembranças da proposta de plano de manejo conjunto que não foi concretizada, preocupações com a infraestrutura para a integridade visual da área das cataratas e tensões decorrentes de opiniões divergentes entre argentinos e brasileiros sobre os voos de helicópteros.

Uma questão levantada no plano de manejo brasileiro foi a possibilidade de que acordos no âmbito do MERCOSUL pudessem ser propulsores da cooperação. Neste sentido, os gestores foram questionados sobre se

acreditavam que o MERCOSUL poderia exercer alguma influência para a cooperação. De um modo geral, os entrevistados desconheciam ações realizadas que envolvessem o órgão, porém consideraram positivas suas potencialidades, em especial para a facilitação do trânsito na aduana entre Brasil e Argentina. No relato a seguir percebem-se as barreiras impostas pela fronteira sobre atividades de conservação integradas entre os dois parques:

(...) a UNESCO orienta para que a gente trabalhe em parceria principalmente questões de manejo e uso público mas já temos trabalho junto com eles só que sem essa possibilidade de se reunir, de ir para lá trocar ideia e tal, fica bem mais difícil, a gente vai clandestinamente e a gente corre alguns riscos com isso. (A. R., brasileiro, 51 anos)

Para melhor entender a crítica realizada em relatórios da UNESCO sobre a falta de conhecimento dos gestores sobre os valores e instrumentos de proteção, foram feitas perguntas específicas sobre o conhecimento acerca das áreas protegidas fronteiriças em geral, dos modelos de conservação transfronteiriça propostos pela IUCN e dos instrumentos de proteção apontados para a região. Todos os gestores entrevistados conheciam o tema e reconheciam a sua importância, porém poucos citaram estratégias de gestão específicas para o modelo transfronteiriço. Nesse sentido, identificaram o PNI e o PNIZ não somente como área protegida transfronteiriça, mas também como corredor transfronteiriço e área de conservação e desenvolvimento transfronteiriço.

Os gestores brasileiros manifestaram a importância de possuir um documento que oficializasse o modelo de gestão transfronteiriça. Já para os argentinos, o sucesso do modelo estaria mais vinculado aos tomadores de decisão que ao estabelecimento de acordos. Por parte dos argentinos, propõe-se a criação de um parque binacional, com plano de manejo conjunto. Essa denominação poderia ser vista como sinônimo de área protegida transfronteiriça, que atendessem às particularidades e demandas locais.

Os gestores foram ainda questionados sobre a existência de acordos e tratados entre as autoridades de conservação da natureza nos dois países. Sete dos entrevistados afirmaram desconhecer os acordos e três citaram o termo de cooperação entre Brasil e Argentina com objeto nas áreas protegidas regionais e o acordo sobre patrulhamento conjunto assinado em evento binacional na Argentina (2003). Entretanto, nenhum dos documentos foi localizado.

Conceitos de Biologia da Conservação que justificassem a abordagem transfronteiriça surgiram nos discursos dos gestores entrevistados, por exemplo, *natureza não tem fronteiras* (cinco citações), *maior área para conservar a paisagem* (quatro citações), *possibilidade para migração de espécies*, *formar área contínua e constituir área mínima* (uma citação). Pouca referência a objetivos sociais/históricos/culturais para implementação de áreas protegidas transfronteiriças evidencia a lacuna de interdisciplinaridade ao tratar sobre Biologia da Conservação.

CONCLUSÃO

A UNESCO desempenha papel fundamental na gestão do PNI e PNIZ como sítios do Patrimônio Natural Mundial. Os relatórios analisados mostraram que a organização monitora, sugere, avalia e registra diferentes aspectos da conservação dos parques. Verifica-se recorrência na indicação de cooperação para elaboração de plano de manejo conjunto visando principalmente à solução de problemas quanto ao uso público. A criação de mecanismos de cooperação transfronteiriça é considerada fundamental, pois culminaria na formalização do processo. A análise dos planos de manejo mostrou diversas possibilidades de cooperação entre parques, especialmente em relação ao monitoramento das áreas e manejo. Percebeu-se, no entanto, que diversas proposições não são ainda efetivadas na prática e que permanecem atualmente apenas como sugestões para implementação futura.

As entrevistas com os gestores validaram a importância de diversos temas apontados como relevantes para a cooperação nos relatórios da UNESCO, principalmente em relação ao uso público. Isso pode indicar a influência da instituição sobre as avaliações e perspectivas de cooperação entre os gestores dos sítios. Vários exemplos de cooperação citados pelos gestores, principalmente em ações de patrulhamento e troca de informações, não estão evidenciados nos planos de manejo institucionais. A formalização desses instrumentos poderia contribuir para corroborar uma política de cooperação transfronteiriça que serviria não só para as áreas protegidas estudadas, mas também como base para utilização em outras áreas que se encontrem em situações semelhantes.

A pouca valorização dos mecanismos e instrumentos de cooperação formais e não formais existentes pode decorrer do desconhecimento da temática ou da falta de sistematização da mesma. No entanto, percebe-se a visão do patrimônio natural enquanto entidade ecológica, detentora de atributos que lhe conferem beleza cênica (ZANIRATO; RIBEIRO, 2006). Nesse sentido, são interessantes estudos que permitam acessar as diferentes percepções sobre o patrimônio, bem como sobre a cooperação entre os sítios, não apenas com gestores, mas também com outros atores importantes no processo.

Apesar de deterem o embasamento teórico biológico/ecológico da conservação transfronteiriça, os gestores mostraram conhecimento superficial sobre instrumentos que apoiem o modelo, o que caracteriza uma limitação para o estabelecimento e avanço das iniciativas de cooperação. O estabelecimento de espaços de troca entre os gestores auxiliaria na desmistificação do processo e na formação de lideranças. Nesse sentido, nos últimos dois anos foram intensificadas as atividades de integração entre os parques, a partir do projeto coordenado pelo WWF, mencionado anteriormente. Através do projeto, foram realizadas viagens de aprendizado e intercâmbio entre as equipes dos parques e concessionárias de cada país no evento “Conservação sem fronteiras: áreas protegidas próximas a limites internacionais”. Esses momentos de troca potencialmente fortaleceram o conhecimento sobre cooperação transfronteiriça. Sendo assim, sugere-se que seja realizada nova

avaliação desses aspectos entre os gestores, contribuindo para o acompanhamento dos avanços da cooperação e das atividades de aprendizagem executadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cooperação transfronteiriça em Unidades de Conservação ajuda a proteger, a restaurar, a manter ou a implantar o uso sustentável dos habitats e/ou dos ecossistemas compartilhados. A manutenção e continuidade da mesma poderiam ainda contribuir para a redução significativa de atividades ilegais como a caça, pesca e extrativismo. Assim, a gestão de parques numa perspectiva integrada pode levar a resultados positivos para a conservação da biodiversidade. No entanto, existem desafios legais, políticos e financeiros para alcançar maiores níveis de cooperação. Para superar esses desafios é importante reconhecer os elementos comuns e a partir deles definir estratégias que melhor se adéquem às realidades locais. Nesta pesquisa foi possível verificar que as áreas protegidas estudadas compartilham: 1. elementos naturais e culturais caracterizando uma identidade comum insubstituível do patrimônio e da identidade dos povos de ambas as nações; 2. interesses e objetivos mútuos declarados na Convenção sobre a Proteção dos Sítios do Patrimônio Cultural e Natural da Humanidade, adotada em Paris, em 16 de novembro de 1972; 3. espécies importantes para a conservação que utilizam áreas dos dois parques e que poderiam ser beneficiadas com a formalização de políticas de cooperação transfronteiriça; 4. interesse na continuidade e fortalecimento da gestão e conservação dos parques nacionais fronteiriços para efeitos de conservação dos ecossistemas compartilhados, em especial através de ações conjuntas.

O estabelecimento desses pontos de interesse mútuo contribui para o planejamento de atividades de cooperação futura entre PNI e PNIZ, tais como a realização de inventários dos recursos naturais, com a formação de um banco de dados do corredor binacional, a elaboração de programas e materiais de informação ao público geral visando a aumentar a compreensão e o suporte da comunidade para os objetivos de conservação e o desenvolvimento, sempre que possível, de iniciativas de uso público e turismo conjunto. O fortalecimento da participação na Convenção do Patrimônio Mundial e em eventos de organizações internacionais, como a IUCN e, particularmente, a Comissão Mundial sobre Áreas Protegidas, seria importante para possibilitar o planejamento do uso sustentável e o desenvolvimento adequado para a proteção dos sítios do patrimônio. Com isso, seriam recomendadas e facilitadas a implementação de uma identificação comum, conservação e interpretação do patrimônio e recursos transfronteiriços com significado compartilhado de ambos os países, além da avaliação conjunta de questões da conservação e gestão dos recursos do patrimônio e seu papel na região para o desenvolvimento regional e planejamento ambiental.

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de Doutorado da primeira autora; às equipes do Parque Nacional do Iguaçu e Parque Nacional Iguazú, pela participação e apoio à pesquisa realizada.

REFERÊNCIAS

APN (ADMINISTRACIÓN DE PARQUES NACIONALES). *Plan de manejo del Parque Nacional Iguazú*. Buenos Aires: APN, 1988.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BASNET, K. Transboundary biodiversity conservation initiative. *Journal of Sustainable Forestry*, Philadelphia, v. 17, n. 1-2, p. 205-226, 2003.

BUSCH, J. Gains from configuration: The transboundary protected area as a conservation tool. *Ecological Economics*, Amsterdam, v. 67, n. 3, p. 394-404, 2008.

CASELLA, J. *Dieta e frugivoria por marsupiais Didelpideos em uma floresta estacional semidecidual no Parque Nacional do Iguaçu, Paraná, Brasil*. 2006. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Conservação) - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2006.

DANBY, R. K.; SLOCOMBE, D. S. Protected areas and intergovernmental cooperation in the St. Elias Region. *Natural Resources Journal*, Albuquerque, v. 42, n. 2, p. 247-82, 2002.

_____. Regional ecology, ecosystem geography and transboundary protected areas in the St. Elias mountains parks. *Ecological Applications*, Washington, v. 15, n. 2, p. 405-422, 2005.

FREITAS, F. S. S. *Boundaries of Nature: national parks and environmental change at the Argentine-Brazilian border, 1890-1990*. 2016. Tese (Doutorado) - Stanford University, Stanford, 2016.

GRANATO, L. As relações bilaterais argentino-brasileiras no quadro da integração regional: de um quadro de rivalidade ao despertar de uma efetiva cooperação. *Cadernos de Estudos Sociais e Políticos*, v. 1, n. 2, p. 69-95, 2012.

GUIMARÃES, A. E. et al.. Ecologia de mosquitos no Parque Nacional do Iguaçu: 1 - Distribuição por habitat. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 19, p. 1107-1116, 2003.

HANKS, J. Transfrontier Conservation Areas (TFCAs) in Southern Africa: their Role in Conserving Biodiversity, Socioeconomic Development and Promoting a Culture of Peace. *Journal of Sustainable Forestry*, Philadelphia, v. 17, p. 121-142, 2003.

IBAMA (INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS). *Plano de manejo do Parque Nacional do Iguaçu*. Brasília: IBAMA, 1986.

_____. *Plano de manejo do Parque Nacional do Iguaçu*. 2002. Disponível em:

<http://www.ibama.gov.br/siucweb/unidades/parna/planos_de_manejo/17/html/index.htm>. Acesso em: 6 maio 2010.

KNIGHT, M. H.; SEDDON, P. J.; MIDFA, A. A. Transboundary conservation initiatives and opportunities in the Arabian Peninsula. *Zoology in the Middle East*, [s.l.], v. 54, supl. 3, p. 183-195, 2011.

LACLAU, P. La conservación de los recursos naturales y el hombre en la Selva Paranaense. Fundación Vida Silvestre Argentina. *Boletín Técnico*, Buenos Aires, n. 20, 1994.

LOCK, N. Transboundary protected areas between Mexico and Belize. *Coastal Management*, Philadelphia, v. 25, n. 4, p. 445-454, 1997.

MMA (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE) - SNUC (SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO). Brasília: MMA, SNUC, 2000.

NOGUEIRA NETO, P. et al. *Relatório do benchmarking de cooperação para a conservação e que incorporam atividades baseadas em BES como estratégias de manejo em áreas protegidas situadas em fronteiras*. São Paulo: WWF, 2016.

NVIVOQUALITATIVE data analysis Software. *QSR International Pty Ltd*. Version 10. 2012.

PETERSON, M. N. et al. Assessing Attitudes Toward Wildlife Ownership in United States–Mexico Borderlands. *Society e Natural Resources*, Philadelphia, v. 24, n. 9, p. 962-971, 2011.

PETURSSON, J. G.; VEDELD, P.; VATN, A. Going transboundary? An institutional analysis of transboundary protected area management challenges at Mt Elgon, East Africa. *Ecology and Society*, Wolfville, v. 18, n. 4, p. 28, 2013.

SAGI, L. et al. Cooperação entre áreas protegidas fronteiriças: vetores de pressão e oportunidades para estabelecimento de um programa de conservação da biodiversidade e serviços ecossistêmicos no corredor

binacional do Parque Nacional do Iguaçu/Iguazú. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 8., 2015. Curitiba, *Anais...* Disponível em:

<<http://eventos.fundacaogrupoboticario.org.br/CBUC/TrabalhosTecnicos>>. Acesso em: 10 mai. 2016.

UNESCO. *Convenção para a protecção do património mundial, cultural e natural*. Paris: UNESCO, 1972.

_____. *Iguazú National Park*. 2016a. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/list/303/documents/>>. Acesso em: 20 set. 2016.

_____. *Iguaçu National Park*. 2016b. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/list/355/documents/>>. Acesso em: 20 set. 2016.

_____. *Mission report: Iguazu National Park (Argentina/Brasil) (303/355)*. 2008a. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/list/355/documents/>>. Acesso em: 20 set. 2016.

_____. *Report of the 8th Session of the Committee*. 1984. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/archive/repcom84.htm#303>>. Acesso em: 5 set. 2016.

_____. *Report of the rapporteur*. 1985. Disponível em: <http://whc.unesco.org/archive/1985/sc-85-conf008-9_e.pdf>. Acesso em: 5 set. 2016.

_____. *Report on the mission to Iguaçu National Park, Brazil, from 08 to 12 march 2015*. 2015. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/list/355/documents/>>. Acesso em: 20 set. 2016.

_____. *State of conservation: Iguaçu National Park*. 1989. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/soc/3072>>. Acesso em: 5 set. 2016.

_____. *State of conservation: Iguaçu National Park*. 1991. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/soc/3124>>. Acesso em: 5 set. 2016.

_____. *State of conservation: Iguaçu National Park*. 1999. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/soc/2304>>. Acesso em: 5 set. 2016.

_____. *State of conservation: Iguaçu National Park*. 2001. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/soc/2460>>. Acesso em: 5 set. 2016.

_____. *State of conservation: Iguaçu National Park*. 2003. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/soc/2715>>. Acesso em: 5 set. 2016.

_____. *State of conservation*: Iguaçu National Park. 2005. Disponível em:
<<http://whc.unesco.org/en/soc/1288>>. Acesso em: 5 set. 2016.

_____. *State of conservation*: Iguaçu National Park. 2007. Disponível em:<<http://whc.unesco.org/en/soc/997>>.
Acesso em: 5 set. 2016.

_____. *State of conservation*: Iguaçu National Park. 2008b. Disponível em:
<<http://whc.unesco.org/en/soc/899>>. Acesso em: 5 set. 2016.

_____. *State of conservation*: Iguaçu National Park. 2010. Disponível em:
<<http://whc.unesco.org/en/soc/546>>. Acesso em: 5 set. 2016.

_____. *State of conservation*: Iguaçu National Park. 2012. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/soc/95>>.
Acesso em: 5 set. 2016.

_____. *State of conservation*: Iguaçu National Park. 2014. Disponível em:
<<http://whc.unesco.org/en/soc/2886>>. Acesso em: 5 set. 2016.

_____. *State of conservation*: Iguaçu National Park. 2016c. Disponível em:
<<http://whc.unesco.org/en/soc/3446>>. Acesso em: 20 set. 2016.

_____. *State of conservation*: Iguaçu National Park. 1997. Disponível em:
<<http://whc.unesco.org/en/soc/2119>>. Acesso em: 5 set. 2016.

ZANIRATO, S. H.; RIBEIRO, W. C. Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável.
Revista Brasileira de História, São Paulo, v.26, n.51, p.251-262, 2006.